



## **REGULAMENTAÇÃO DA LEI FEDERAL N.º** **15.227/2011 (LAI)**

### **Regulamento da Lei 15.227/2011 na Câmara Municipal de Serranópolis:**

A Lei nº 15.227/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamenta o direito constitucional de acesso à informação pública no Brasil, assegurando a transparência na gestão pública e a participação da sociedade na fiscalização das ações governamentais.

### **Resumo da Lei 15.227/2011:**

1. **Objetivo e Abrangência:** A lei visa garantir o acesso dos cidadãos a informações públicas, salvo aquelas que envolvem sigilo por razões de segurança, interesse público ou proteção da intimidade, vida privada, honra e imagem. A regra geral é a transparência.
2. **Direito de Acesso:** O acesso à informação é considerado um direito fundamental, garantindo que qualquer pessoa possa solicitar informações dos órgãos e entidades públicas, seja de forma presencial ou por meio eletrônico.
3. **Exceções ao Acesso:** A LAI estabelece que algumas informações podem ser classificadas como sigilosas por prazo determinado, com base em razões de segurança, proteção à ordem pública, ou outros interesses públicos relevantes. O sigilo deve ser revisado periodicamente.
4. **Procedimento de Solicitação:** A solicitação de informações deve ser simples, e a resposta deve ocorrer no prazo de 20 dias, podendo ser prorrogada por mais 10 dias, em casos excepcionais. O órgão público deve fornecer informações claras sobre a forma de solicitação.
5. **Responsabilidades dos Órgãos Públicos:** Cada órgão público é responsável por garantir o cumprimento da LAI, organizando a forma de disponibilizar as



informações solicitadas. Eles devem também disponibilizar informações relevantes de forma proativa, sem a necessidade de solicitação, como dados sobre licitações, contratos e atos administrativos.

6. **Recursos:** Caso o pedido de informação seja negado ou não atendido dentro do prazo estipulado, o solicitante pode recorrer da decisão para uma autoridade superior do órgão responsável.
7. **Multas e Penalidades:** A lei prevê sanções para os servidores públicos que negarem ou dificultarem o acesso à informação sem justificativa legal. Essas penalidades podem incluir advertências, suspensões e até demissões.

A regulamentação da LAI por meio da Lei nº 15.227/2011 é uma ferramenta essencial para garantir a transparência, combater a corrupção e promover a participação da sociedade na gestão pública, ao assegurar o direito de acesso à informação.

## **CONCLUSÃO:**

Fica registrado que a Câmara Municipal de Serranópolis respeita na íntegra todos os artigos da Lei Federal n. 15.227/2011.

No mais, temos nosso Portal da Transparência acessível a todos pela internet.

Temos o site oficial [www.serranopolis.go.gov.br](http://www.serranopolis.go.gov.br) com todas as informações acessíveis de forma clara e simplificada ao cidadão.

Temos canais de comunicação virtual como o e-mail corporativo [serranopolis.legislativo@hotmail.com](mailto:serranopolis.legislativo@hotmail.com) com respostas tempestivas a qualquer interessado em informações públicas.